**Aprendendo e fazendo com o Mestre
Otamar de Carvalho - Das secas, açudagem e lavouras
xerófilas ao desenvolvimento do Nordeste**

Milena Barros Marques dos Santos
Cidoval Moraes de Sousa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, M. B. M., and SOUSA, C. M. Otamar de Carvalho - Das secas, açudagem e lavouras xerófilas ao desenvolvimento do Nordeste. Interviewed: Otamar de Carvalho. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Depoimentos)*: vol. 2 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 109-140. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-11-4.
<https://doi.org/10.7476/9786586221671.0004>

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Otamar de Carvalho*

Foto: Banco de dados e imagens do Projeto 100 anos de Celso Furtado

“

Em razão das assimetrias que caracterizam as relações centro-periferia – umas economias controlam a tecnologia de vanguarda e têm a iniciativa da introdução de novos produtos, enquanto as outras se limitam a imitar as correntes de progresso –, as formas de viver e os valores que prevalecem nos países periféricos estão mais e mais sob o controle de empresas do centro. O estilo de desenvolvimento imposto às populações periféricas, baseado que é numa cesta de bens de crescente diversificação e sofisticação, acarreta a concentração de renda e dá origem a toda uma série de problemas sociais. (FURTADO, 1987: 144-145.)*.

”

* FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987. 293 p.

Das secas, açudagem e lavouras xerófilas ao desenvolvimento do Nordeste

Milena Barros Marques dos Santos¹
Cidoval Moraes de Sousa²

Não é difícil identificar as paixões de José Otamar de Carvalho³. O caminho que leva à ampla biblioteca particular em sua casa em Brasília dá as pistas: a música, o desenvolvimento regional e a psicanalista Ana Maria, com quem é casado há quase 60 anos. As mãos ágeis para os solos do violão da Martin, modelo OMJM,⁴ também o são para alcançar os livros de seu acervo de quase dez mil exemplares. A memória é invejável. Aos 83 anos, o engenheiro agrônomo, economista e doutor em economia se lembra com facilidade de nomes, datas, siglas e

-
- 1 Jornalista, Mestranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR UEPB), Especialista em Gestão Pública, documentarista.
 - 2 Jornalista, Doutor em Geociências pela Unicamp, professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado aos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Colabora com o PPGCTS da UFSCar.
 - 3 Eng. Agrônomo, Economista e Doutor em Economia. Membro Titular da Academia Brasileira de Ciência Agronômica. Sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas de Desenvolvimento-CICF. Autor do livro **A Economia Política do Nordeste**; secas, irrigação e desenvolvimento (Rio de Janeiro, Campus, 1988), dentre outros. Foi Diretor da Assessoria Técnica da Sudene (1970-1972), Secretário de Planejamento e Operações do Ministério do Interior (1974-1979), Coordenador de Planejamento Regional do IPEA (1985-1986), Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará (1979-1980) e Coordenador de Planejamento da Codevasf (1990-1992). É consultor independente desde 1992, trabalhando para instituições como a FAO, OMM, PNUD, UNESCO, OEA, IICA, MMA, MI, DNOCS, BNB e o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. E-mail: otamar.carvalho@gmail.com
 - 4 Violão *Orchestral Model John Mayer* (OMJM) da mais antiga Lutheria em funcionamento no mundo, criada em 1833 pelo austríaco Charles F. Martin, na Pensilvânia (EUA).

acontecimentos de décadas atrás como se tivessem ocorrido há poucas semanas. Sua cordialidade e narrativas encantam.

Ao descrever um dos mais importantes intelectuais brasileiros do Século XX, o paraibano Celso Monteiro Furtado (1920 – 2004), Carvalho recorda que, à primeira vista, era um homem sisudo, mas também bem-humorado e muito respeitoso. Não se prevalecia do cargo nem para entrar no elevador do edifício JK, em Pernambuco, onde funcionava a sede da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) embora fosse naquele momento, início dos anos 1960, ministro do Planejamento e superintendente da instituição. Elegante, vestido em seu terno cinza de algodão grosso, o intelectual permanecia com semblante sério e mãos cruzadas, enquanto aguardava na fila até adentrar o elevador.

A voz de Furtado era conhecida. Aos 22 anos, em 1959, Carvalho o escutava nas emissoras de rádio, em debates com políticos do Nordeste tratando de temas relacionados ao desenvolvimento da região, que abrigava milhares de Chicos Bentos e Cordulinas, Fabianos e Sinhás Vitórias, e Severinos, que migravam de uma cidade a outra, em busca de sobrevivência. As discussões eram animadas pelo vigor com que ele defendia seus argumentos e proposições, antes mesmo da criação da Sudene. Anos depois, em 1963, o jovem Otamar de Carvalho ouviria Furtado pessoalmente, aos participar, já como técnico da Sudene, do III Curso para Técnico em Desenvolvimento Econômico (TDE). A atividade era promovida pela instituição para que os profissionais pudessem compartilhar uma linguagem comum sobre o processo de desenvolvimento. O economista paraibano fez a palestra de encerramento, enfatizando, naquela oportunidade, que a Sudene fora concebida e criada para cumprir a missão de promover o desenvolvimento do Nordeste no prazo de 20 anos. E, portanto, teria caráter extraordinário.

A criação da Sudene ocorreu em dezembro de 1959, mas sua origem, na leitura de Carvalho, tem raízes em estudos realizados até aquele momento pelo economista baiano Rômulo Almeida; o Padre Joseph Lebret; o agrônomo Guimarães Duque e, também, em pressões políticas de diferentes setores da sociedade nordestina, destacando-se, dentre eles, o movimento dos Bispos do Nordeste, liderado por Dom Helder Câmara. Os problemas e possibilidades apresentados por esses estudos e movimentos foram apropriados por Celso Furtado e agregados ao Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), crucial para a criação da Sudene. À época, o desenvolvimento da região – incluindo obras de rodovia, açudagem, irrigação – estava

sob a responsabilidade do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), que acabou, em grande medida, capturado pelos coronéis do campo. A Sudene pensava o desenvolvimento em novas bases, para além das obras de infraestrutura e da chamada solução hidráulica. Previa, em síntese, políticas de industrialização; transformação da agricultura da faixa úmida; transformação da economia do Semiárido (desempoderando os coronéis) e o deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão.

A Sudene funcionou com prestígio até março de 1964. Mas, como observa o nosso entrevistado, a influência de Furtado perdeu mesmo após a sua saída, em abril de 1964, cassado pela ditadura. Os técnicos da Sudene originária, que permaneceram após o golpe militar, e até mesmo alguns militares, mantiveram, por algum tempo, a orientação furtadiana. Mas o projeto se desfigurou e a Sudene de Furtado perdeu força política, chegou a ser extinta (2001) e, ao ser recriada (2007), não disse ainda a que veio.

Essas e outras questões foram discutidas na entrevista concedida por Otamar de Carvalho em janeiro de 2020, tendo como plano de fundo as comemorações dos 100 anos de Celso Furtado. Confira a seguir.

Entrevista

- **A gente vai começar pedindo para que o senhor fale um pouco sobre o homem Furtado, apresentando suas impressões a este respeito.**

Em 1959, ouvi pelo rádio várias apresentações e debates de Celso Furtado com políticos do Nordeste, tratando de questões relacionadas ao desenvolvimento dessa Região, que culminaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, em dezembro daquele ano. Essas discussões foram sempre animadas pelo vigor com que Celso defendia seus argumentos e proposições. Celso Furtado, pelo que o conheci durante o período em que foi superintendente da Sudene – e também voltei a encontrá-lo, quando ele já havia voltado do exílio – era uma pessoa séria e um tanto sisuda. Mas era, também, um homem bem-humorado e muito respeitoso. Por exemplo, quando ele chegava ao edifício JK,⁵ para trabalhar,

5 A Sudene não tinha sede própria e funcionava no mesmo prédio do antigo INPS (hoje INSS).

não se prevalecia do cargo, para entrar logo em um dos elevadores do edifício JK, onde a Sudene funcionava. O edifício JK tinha dois elevadores. Um deles correspondia ao elevador das chamadas “autoridades”, situado no lado direito da entrada do edifício. O outro elevador destinava-se ao pessoal comum (servidores e visitas). Esse prédio tinha dezenove andares. Até o oitavo andar, funcionava o Instituto Nacional de Previdência Social-INPS. Por esse elevador subia o pessoal da Sudene e o pessoal que ia para o INPS. Celso Furtado subia pelo elevador das autoridades. Mas ele não chegava lá e fazia como era comum ver as autoridades fazerem, ao entrarem em um elevador. Ele chegava, entrava na fila e esperava a sua vez. Se houvesse dez pessoas na fila, ele seria o décimo primeiro.

– **Tem uma história das cancelas de estrada, que o senhor me contou, que se encaixa nesse tema da humildade, não é?**

De fato. As viagens de Celso Furtado ao interior do Nordeste, como as que ele fez, por volta de 1958-1959, com José Irineu Cabral, a bordo de *Camionetas Rural Willys*, ao Semiárido paraibano, foram bem interessantes. Irineu Cabral (um pernambucano de Surubim, com muitas ligações com a Paraíba) – à época, Diretor da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR – dirigia a camioneta e Celso Furtado ia sentado no banco dianteiro do passageiro. De sorte que ao passar nas cancelas das estradas rurais, situadas no interior das fazendas, Irineu parava a camioneta e Celso descia para abrir a cancela, esperar o veículo passar, fechar a cancela e novamente embarcar na Rural. Lá pelas tantas, Celso indagou: “quantas ‘danadas dessas cancelas’ (para não dizer um nome feio), eu ainda vou ter que abrir, fechar e passar?” (Essa história me foi contada em 1998 por Irineu Cabral, em minha casa, em Brasília).

– **Sisudo, mas elegante...**

Sim. A elegância era outra característica importante em Celso Furtado. Celso era, de fato, um homem elegante. Era um homem alto, de 1,75m pra lá, que fazia exercícios, podendo ser considerado um homem forte, bem feito de corpo e bem-apessoado. Eu sempre o vi vestido de calça, paletó, camisa e gravata. O terno era de linho, mas não o linho acetinado branco. Era aquele linho grosso, que se usava na época, de cor cinza. Ele poderia ter mais de um terno do mesmo pano, da mesma fazenda, do mesmo tecido, mas ele só chegava lá na Sudene com esse terno cinza. Eu nunca o vi chegar com um terno de

tropical, de casimira, ou de outro tecido. Era sempre aquele terno de linho grosso. Mas muito elegante. Sério, ficava lá na fila do elevador, em pé, de mãos cruzadas; quando o elevador chegava, ele entrava, se estivesse apenas ele na fila, ou ia para o fim da fila, aguardando a sua vez de entrar. À primeira vista, o que se podia pensar era que Celso era um cara chato, por conta de sua sisudez. Ele tinha uma outra característica também importante, essa mais relacionada à questão intelectual. Os amigos que o conheciam mais de perto, diziam, não sei se para louvar, ou se para folclorizar, que Celso Furtado podia passar o dia todo trabalhando, chegar de viagem, mas antes de dormir ele lia de uma a duas horas. Mesmo que tivesse passado o dia todo trabalhando e adentrado na noite.

– **É verdade que o senhor contou causos pra Furtado...?**

Uma vez, sim. Isso aconteceu durante Reunião, em 1963, no Gabinete de Celso Furtado, sobre os trabalhos do Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão-GIPM, que substituíra (no nome e na administração) o Projeto de Povoamento do Maranhão-PPM. Naquela época eu representava o Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA, da Sudene, no GIPM. Além de matérias ligadas a esse Grupo, conversamos na ocasião, dentre outros assuntos, sobre as dificuldades dos agricultores do Nordeste. Celso Furtado me permitiu contar algumas histórias a respeito. Conteí a de “Chico Bico-Doce”, morador de uma fazenda vizinha ao Sítio Recanto, no município de Senador Pompeu, no Ceará. “Chico Bico-Doce”, “Seu Chico” ou “Chico da Anja” (corruptela de Ângela), como também era conhecido, era um agricultor que trabalhava pouco. Não trabalhava no período da manhã porque estava com fome; e nem do meio dia ao final da tarde porque, comendo demais na hora do almoço, ficava indisposto. Com a barriga muito cheia, ele ficava sem disposição para trabalhar. Celso Furtado riu muito com essa história. Nem parecia aquele senhor sisudo que víamos durante as reuniões formais de trabalho.

– **O senhor tinha que idade, na época em que entrou na Sudene?**

Eu tinha, na época, 25 anos. Quer dizer, era um menino. Como meninos da minha idade eram (quase) todos os que faziam a Sudene. Mas Celso também levou para a Sudene um time integrado por profissionais de alto nível. Levou para a Departamento de Indústria-DI um paraibano, Juarez Farias; para o Departamento de Política Agrícola

e Agrária-DPAA levou um outro paraibano, Jader de Andrade, que tinha sido técnico do Banco do Nordeste. Para o Departamento de Recursos Naturais-DRN, levou Estevam Strauss, agrônomo húngaro que já estava há tempo no Brasil, e que tinha trabalhado na Usina São João, de propriedade da família Coutinho, da Paraíba. Strauss era um especialista em recursos naturais e em irrigação. Levou para o Departamento de Assistência Técnica e de Formação de Pessoal-DATF, o português Luiz Leite Vasconcelos, que ali passou pouco tempo. Foi substituído, em 1963, por Nailton Santos, baiano, economista e irmão do grande geógrafo Milton Santos. Nas aulas que ele ministrava sobre Macroeconomia, quase que como palestras, nos cursos para Técnicos de Desenvolvimento Econômico-TDE, Nailton costumava dizer: “os melhores economistas do Brasil são Celso Furtado e eu”. Nos idos de 1963, eu não tinha conhecimento para saber se ele era bom economista ou não, mas sei que ele era muito vaidoso. Assim como vaidoso também era Milton Santos. Quem Celso levou mais para a Sudene? Levou também para o Departamento de Recursos Naturais, junto com Strauss, Diniz Xavier, da Paraíba.

– **Montou uma equipe paraibana (Juarez Farias, Jader de Andrade, Diniz Xavier)?**

Uma equipe com bons paraibanos, sim. Afinal, Celso também era paraibano. Então ele levou muitos paraibanos para ajudá-lo. Mas não foi por serem seus coestaduanos. E sim porque essas pessoas eram competentes. Diniz Xavier foi para o Departamento de Recursos Naturais, mas ele não era, ainda, o diretor, mas sim o substituto de Estevam Strauss. Mas lá pelas tantas, Manuel Correa de Andrade foi ser Secretário de Agricultura do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e levou Jader de Andrade com ele. Ficou vago o lugar de Diretor do Departamento de Política Agrícola e Agrária-DPAA, que passara a ser denominado Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA. Por conta disso, Estevam Strauss foi deslocado do Departamento de Recursos Naturais-DRN para o Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA. E Diniz Xavier, que era seu adjunto, assumiu a Direção do DRN. Diniz era agrônomo, assim como Strauss. Jader de Andrade era economista. Juarez Farias era advogado. Luiz Leite Vasconcelos era da área de Filosofia. Então Celso Furtado trabalhava com essas competências, que eram, de fato e de direito, assim consideradas.

– **Ele sabia, então, mobilizar competências?**

Sabia sim, e com elas pensava, em novas bases, o desenvolvimento do Nordeste. Naquela época, as secas continuavam a ocorrer. E o que se fazia para minimizar os seus efeitos? Antes da Sudene, o DNOCS concebía e administrava as iniciativas de combate às secas. O que mais fazia o DNOCS? Além de construir açudes, perfurar poços e tentar promover a irrigação, em tempos climaticamente normais, cuidava, nos anos de seca, das “Frentes de Serviço”, construindo açudes (de pequeno, médio e grande porte) e estradas. Mas o DNOCS não cuidava só da seca e da açudagem. O Departamento de Secas, como resumidamente era denominado, cuidava de várias outras atividades. O DNOCS fez grande parte da infraestrutura rodoviária básica do Nordeste. Sabe-se hoje que 50% das estradas construídas na Região, até os anos de 1950, resultaram de atividades desenvolvidas pelo DNOCS. Instituída a Sudene, em dezembro de 1959, as atividades postas em prática em benefício do Nordeste passaram a ser definidas e implementadas de acordo com novas orientações, como as estabelecidas nos Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Esses Planos conferiam prioridade a atividades que, além da construção de obras de infraestrutura hídrica e de rodovias, englobavam atividades ligadas à indústria, aos serviços e à ciência e tecnologia.

– **A Sudene, então, “desempoderou” o DNOCS?**

De uma certa forma, sim. A instituição da Sudene fez com que o DNOCS perdesse um pouco de sua grande visibilidade, pois já não era a instituição mais importante do Nordeste. Mesmo assim continuava executando iniciativas relacionadas à açudagem, via construção de grandes e médios açudes. Lembremos que o primeiro açude importante do Nordeste, o **Açude do Cedro**, localizado no município de Quixadá, no Ceará, foi construído pela Comissão de Açudes e Irrigação – vivia-se então a época das Comissões Técnicas. As atividades dessa Comissão foram transferidas à Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS, criada em 1909. Depois, em 1919, a IOCS deu lugar à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS, que foi transformada, em janeiro de 1946, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. As obras do Açude do Cedro foram iniciadas em 1896 e concluídas, 20 anos depois, em 1906. Naquela época, as iniciativas dessa natureza levavam muito tempo para serem concluídas.

Destaque-se, pois, que, no período de 1909-1959, tudo o que se fez de importante no interior do Nordeste esteve a cargo da tríade institucional IOCS-IFOCs-DNOCS. Ao longo daqueles 50 anos, essas instituições cuidaram também de atividades no âmbito da agronomia e da irrigação, porque não havia instituição encarregada desses tipos de atividade. O Ministério da Agricultura, é bem verdade, realizou alguns experimentos de irrigação, em pequena escala, em alguns vales do Nordeste. Quer dizer, o “desempoderamento” do DNOCS foi apenas relativo, até porque, em plena vigência de funcionamento da Sudene, o DNOCS implementou um importante conjunto de Projetos Públicos de Irrigação no Semiárido Nordestino. E fez isso ao lado da Comissão do Vale do São Francisco-CVSF, transformada, anos depois, em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba⁶, que concebeu e pôs em prática um avançado Programa de Irrigação nos Vales onde operava.

– **Aí chegou a Sudene...**

Aí a Sudene chega. Mas a Sudene “não começou” apenas em 1959. Penso que a ideia de Sudene teve início quando começaram os estudos, primeiro do Banco do Nordeste do Brasil S. A.- BNB. Esse Banco foi criado em 1952. Assume sua Presidência uma figura extraordinária, que capitaneava boa parte dos estudos mais importantes sobre o Nordeste, na qualidade de presidente da Comissão de Estudos Econômicos-CEE da Bahia. Era o senhor Rômulo Barreto Almeida, que fora Chefe da Assessoria Econômica do Presidente Getúlio

6 A Codevasf foi criada, em 1974, pela Lei nº 6.088, de em 16/07/1974. Com sede e foro no Distrito Federal, tinha como área de atuação o Vale do Rio São Francisco, compreendendo partes dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Sua área de atuação foi alterada no ano 2000, pela Lei Nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000. Com sede e foro no Distrito Federal, sua área de atuação passou a compreender partes dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, abrangendo os Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão. Sua área de atuação foi novamente modificada em 2018, passando a abranger partes das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, e Paraguaçu, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas dos Estados de Alagoas, Maranhão e Sergipe, conforme disposto na Lei nº 13.702, de 06 de agosto de 2018, que alterou as duas leis anteriores.

Vargas, dele recebendo uma missão que poucas pessoas possivelmente se sairiam bem dela. Getúlio Vargas o chamou para fazer o Plano de Governo dele (Getúlio Vargas) em 1950, e só pôde lhe dar o exíguo prazo de 30 dias para fazer um Plano para o Desenvolvimento do País. Rômulo formou um grupo de experientes profissionais, levantou as informações disponíveis e apresentou a Proposta que lhe fora solicitada, que iria ser levada pelo Presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, acompanhada do Orçamento. Eu cheguei a manusear esse documento e a encaminhá-lo ao Professor Carlos Brandão⁷, que vinha, há tempo, procurando por ele. Mas voltando ao DNOCS, certo era que esse Departamento tinha uma força específica, que lhe era concedida, em boa medida, pelos chamados coronéis. E a força dos coronéis provinha, de certa forma, do domínio por eles exercido sobre o velho capital mercantil, matéria tão bem estudada por Wilson Cano, em sua tese de livre docência⁸. O capital mercantil dominava porque a indústria de então no Nordeste estava restrita às indústrias canavieira, do algodão e das oleaginosas, pouco dinâmicas.

– **O senhor diria que a Sudene ‘quebrou’ os coronéis?**

Quebrar propriamente, não. Incomodou bastante. Não “quebrou” porque com os “incentivos fiscais” administrados pela Sudene (e Banco do Nordeste) foram criadas outras fontes de poder, que deram origem a “novos coronéis”: os *coronéis urbanos*. Os coronéis que a Sudene enfrentou eram coronéis rurais, dotados de bem menos força. Com os incentivos fiscais e o crédito barato, subsidiado, a Sudene passou a apoiar os novos *coronéis urbanos*, que passaram a exercer forte poder político e econômico no Nordeste.

– **Desempodera o DNOCS, mas não muda...**

É verdade. Mas a Sudene não desempoderou totalmente o DNOCS. Preciso fazer um destaque, pois deixei de mencionar um elemento importante. Eu disse antes que o DNOCS fazia estradas, construía grandes e médios açudes, fazia até campos de aviação, fazia saneamento... e adentrava o mundo da ciência agrônômica, com os trabalhos realizados por José Augusto Trindade, continuados em

7 Carlos Antônio Brandão, Professor do IPPUR (Instituto de Política e Planejamento Regional e Urbano), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.

8 CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970*, Campinas-SP: Unicamp, 1981. 447 p.

bases ampliadas por Guimarães Duque. Mas, além disso, administrava um outro programa importante, este sim, dotado de capacidade para fortalecer o poder dos “coronéis rurais”: o *Programa de Açudagem em Cooperação*. Em que consistia esse Programa? Era um Programa destinado a beneficiar os médios e grandes proprietários de terra. Com o apoio desse Programa, quem dispusesse de uma propriedade na qual houvesse um riacho,

com certa vazão, poderia, durante o período das chuvas, construir naquele riacho um açude, por exemplo, de média vazão, cuja água ali acumulada durasse mais de um ano. Naquela época (anos de 1950 até meados dos anos de 1960) dizia-se que os açudes que resolviam o problema da escassez de água nos anos de seca eram aqueles cuja capacidade de acumulação de água fosse suficiente para manter os que dele dependiam durante pelo menos dois anos consecutivos de seca. Esse Programa de Açudagem em Cooperação funcionava assim: um proprietário rural, dotado de prestígio político, pleiteava do DNOCS a elaboração de um Projeto para a construção de um açude em sua propriedade. Viabilizado o Projeto do Açude, os custos de sua construção eram bancados, em 50%, pelo DNOCS. O proprietário arcava com os outros 50%. Só que os coronéis, muitas vezes, faziam de conta que mobilizavam os seus 50%, mas isso nem sempre acontecia. Significava dizer que os Açudes em Cooperação, nessas condições, eram construídos, praticamente, “de graça”, pois os proprietários despendiam apenas parte dos recursos financeiros de sua contrapartida.

Os coronéis que a Sudene enfrentou eram coroneis rurais, dotados de bem menos força. Com os incentivos fiscais e o crédito barato, subsidiado, a Sudene passou a apoiar os novos coronéis urbanos, que passaram a exercer forte poder político e econômico no Nordeste.

– **Como assim?**

Depois que o açude era construído e enchia de água com as próximas chuvas, a água ali armazenada não era pública, mas particular. Passava a pertencer ao proprietário da terra onde o açude fora construído. A água era dele. E mais: criou-se uma espécie de *mito*, com a instituição do que ficou conhecido como açudes de primeiro, segundo e terceiro andar. O que era isso? Tratava-se da circunstância de, algumas vezes, aquele mesmo proprietário obter aval do DNOCS para

“construir” um novo açude no mesmo local do primeiro, uma segunda e até uma terceira vez. Ou seja, o proprietário do açude construído em um ano qualquer, após uma pequena melhoria, tinha o primeiro açude considerado, lá na frente, como um *novo açude*. O proprietário se beneficiava então com os recursos despendidos na “construção” desse novo açude. Estava caracterizado o “açude de segundo andar”. Quando acontecia de o DNOCS “construir” um outro novo açude, no mesmo local, caracterizava-se a construção de um “açude de terceiro andar”. Essas reconstruções passaram a ser então chamadas de “açudes de segundo e terceiro andar”. (Cheguei a conhecer algumas tríades desses açudes.)

– **A Sudene, para ilustrar, construiu, também, a indústria de primeiro e segundo andar também?**

Vamos chegar lá. Mas o DNOCS construía aqueles açudes com base na lei. A Açudagem em Cooperação era pautada por um decreto que regulamentava a construção desse tipo de açude. Quando a Sudene entrou em ação, anulou o decreto. Esse decreto não foi anulado de imediato, logo após a instituição da Sudene, mas algum tempo depois. Mas o DNOCS insistiu na re-instituição do decreto. Faço um novo parêntese aqui. Em 1985, eu assumi a função de Coordenador de Planejamento Regional do Instituto de Planejamento-IPLAN, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Um belo dia recebo a visita do Diretor-Geral do DNOCS, de posse de uma Proposta de re-instituição do Programa de Açudagem em Cooperação. Fui contra, não sem antes submeter a proposta à Direção do IPLAN. Depois de examinada, a proposta foi recusada. Manifestei-me de forma contrária porque conhecia os resultados do aludido Programa. Tinha lido bastante a respeito, já concebera e formulara o *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*, com a colaboração de técnicos da Sudene, estudando bem essas questões.⁹

9 CARVALHO, Otamar de et alii. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste**. Brasília-DF: Ministério do Interior, 1973. 267 p. **A equipe que colaborou comigo** na elaboração desse Plano esteve constituída pelos seguintes técnicos: (i) Rômulo Tavares Ribeiro, engenheiro civil, do DRN-Sudene; (ii) Aldo da Cunha Rebouças, geólogo, do DRN-Sudene; (iii) Gildo de Sá C. de Albuquerque, engenheiro de minas, do DRN-Sudene; (vi) Francisco Êsio de Souza, engenheiro agrônomo, do DAA-Sudene; (v) Jurandir Gondim Reis,

A Sudene chegou, de fato, a diminuir o poder do DNOCS, no tocante a essas facilidades, principalmente as concedidas por aquele Programa de Açudagem em Cooperação. Mas não se pode deixar de mencionar a grande contribuição do DNOCS, em relação à rede de açudes por ele construída. Além disso, grande parte do mapeamento de solo, do mapeamento de recursos hídricos e dos estudos agrônômicos até então realizados se deve ao trabalho do DNOCS. O DNOCS tem um saldo positivo considerável. A sociedade nordestina, que vive no Semiárido hoje, deve a sua sobrevivência, na base, ao trabalho do DNOCS. O DNOCS foi quem civilizou o Nordeste Semiárido: o DNOCS no Semiárido e a Comissão do Vale do São Francisco nesse vale. Voltando à pergunta central: a Sudene não construiu uma indústria de primeiro e segundo andar, apesar das grandes vantagens oferecidas por meio da administração dos recursos dos incentivos fiscais.

– **A Sudene contrariou a lógica da açudagem, chegando a suspender algumas atribuições do DNOCS...**

É necessário relativizar um pouco essa percepção, pois o DNOCS continuou executando atividades importantes. O Açude Orós (Barragem Juscelino Kubitschek de Oliveira), por exemplo, cuja construção poderia ter sido concluída em 1960, teve a sua barragem rompida no dia 26 de março de 1960, por conta das fortes chuvas havidas naquele ano. Por determinação expressa do Presidente Juscelino Kubitschek, as obras foram retomadas tão logo cessaram as chuvas. A reconstrução da barragem foi concluída no dia 11 de janeiro de 1961. Esse bom resultado deveu-se em grande medida à competência do então Diretor-Geral do DNOCS, o engenheiro José Cândido Castro Parente

engenheiro agrônomo, do DRN-Sudene; (vi) Celina Ribeiro Huztler, Técnica em Desenvolvimento Econômico-TDE, da AT-Sudene; (vii) Georges Pellerin, economista da AT-Sudene; (viii) Antonio Cardoso do Rego Barros, economista, da AT-Sudene; (ix) Maria Emiliania Ribeiro, estatística, da AT-Sudene; e (xi) Leonardo Sá Barreto Sampaio, engenheiro agrônomo, da AT-Sudene. Esses técnicos integraram a equipe básica. Também recebi comentários de outros técnicos da Sudene, assim especificados: (i) Lourival Novaes Leitão, economista, da AT-Sudene; (ii) Jorge Fernando Santana, geógrafo, da AT-Sudene; (iii) Carlos Caldas, geógrafo, da AT-Sudene; (iv) Alcindo Rufino de Araújo, economista, da AT-Sudene; (v) François Albert Laroche, engenheiro agrônomo, do DRN-Sudene; (vi) Sérgio Tavares, engenheiro agrônomo e naturalista, do DRN-Sudene; e (vii) Laércio Vieira de Melo, economista, do DAA-Sudene.

Pessoa. A capacidade de acumulação do Açude Orós é de 2,1 bilhões de metros cúbicos de água. O DNOCS continuou construindo grandes açudes, a exemplo do Açude Açú (Barragem Armando Ribeiro Gonçalves), no Município de Açú, no Rio Grande do Norte, com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de metro cúbicos. Construiu outros grandes açudes, como o Araras (Barragem Paulo Sarasate), no Município de Reriutaba, no Ceará, com capacidade para acumular um bilhão de metros cúbicos de água. Construiu outros grandes açudes na Paraíba, em Pernambuco e na Bahia.¹⁰ Significa dizer que o DNOCS não foi desmontado, embora tenha deixado de ser a principal instituição pública do Nordeste. A Sudene funcionou com força e prestígio de dezembro de 1959 a março de 1964. Considero a Sudene desse período como a “Sudene Originária”. De 1964 em diante, a Sudene quase foi fechada, sob o argumento de ser um “antro de comunistas”. Exagero! O que a Sudene tinha era um expressivo contingente de profissionais jovens e idealistas, querendo trabalhar e transformar, quase que da noite pro dia, o Nordeste.

– **O senhor começou na Sudene como ...**

... Engenheiro Agrônomo. Como técnico entrei na Sudene em julho de 1962, para trabalhar no Projeto de Povoamento do Maranhão-PPM. Quando foi em 1963, fui selecionado para fazer o curso de TDE (Técnico em Desenvolvimento Econômico). A Sudene oferecia esse curso à maioria de seus profissionais, para que eles pudessem dispor de uma linguagem comum em matéria de desenvolvimento. Faziam o curso: agrônomos, engenheiros, arquitetos, advogados, dentistas e médicos, além de outros.

– **E nesse processo de construção da Sudene, na avaliação do senhor, quais foram as principais fontes de Celso Furtado?**

Quando ele (Celso Furtado) foi chamado para a Sudene, já havia trabalhado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), era diretor do BNDE, na época Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e já tinha participado de vários processos de elaboração dos planos nacionais de desenvolvimento com Roberto Campos, sob

¹⁰ ARAÚJO, José Amaury de Aragão, Coord. **Barragens no Nordeste do Brasil**; experiência do DNOCS em barragens na região semiárida. 2ª ed. Fortaleza-CE: DNOCS, 1990. 328 p.

a orientação de quem fora elaborado o *Plano de Ação Econômica de Governo*, o PAEG. Celso produzira também vários documentos (livros, estudos e planos) de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. E era Doutor em Economia pela Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, com Tese defendida em 1º de junho de 1948, sob o título *A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*¹¹. Trabalhara na CEPAL e estava no BNDE. Tinha essas e outras importantes qualificações, como a de trabalhador contumaz, quando foi indicado para conversar com o Presidente Juscelino Kubitschek. Se JK queria um profissional competente para formular uma proposta a respeito do desenvolvimento do Nordeste, essa pessoa era, com certeza, Celso Furtado. É aí que entra toda a contribuição dos Bispos do Nordeste, sob a liderança de D. Hélder Câmara¹², e do documento sobre o *Planejamento do Combate às Secas*, que fora elaborado por Rômulo Almeida, quando Presidente do Banco do Nordeste¹³. Todo esse material foi muito bem aproveitado por Celso Furtado.

– **CEPAL, Estudos de Rômulo Almeida, pressão dos Bispos...**

Na linha do desenvolvimento anterior, destaco um outro estudo importante, no qual Celso Furtado também se baseou, da autoria do Padre Joseph Lebret¹⁴. O Padre Lebret fora chamado para fazer um estudo para o governo do Estado de Pernambuco, destinado a criar as bases do desenvolvimento nesse Estado, com apoio na indústria. As propostas contidas no estudo do Padre Lebret foram feitas na esfera do Condepe, o Conselho do Desenvolvimento Econômico de

11 FURTADO, Celso. **Diários intermitentes: 1937-2002**. 1ª ed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2019, p. 89-90. 448 p. (*Organização, Apresentação e Notas*: Rosa Freire D’Aguir; e *Prefácio*: João Antonio de Paula.)

12 ROCHA, D. J. V., org. Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959) [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, 395 p. ISBN: 978-85-7879-485-9. Available from: doi: 10.7476/9788578794859. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/c6yxx/epub/rocha-9788578794859.epub>. (*Prólogo*: Otamar de Carvalho.)

13 ALMEIDA, Rômulo B. Coord. **Planejamento do combate às secas**. Rio de Janeiro, Banco do Nordeste do Brasil/Comissão Incorporadora, 1953. (Publicação nº 4.) Mimeog. 69 p.

14 LEBRET, Louis Joseph. **Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. 1ª ed., ver., Recife-PE: Condepe, 1954. 123 p.

Pernambuco. O significado e o sentido da maioria das propostas do Padre Lebrez aparecem nas propostas da Sudene. Naturalmente, tinha que ser assim, porque quando se vai formular um Plano ou Programa de Desenvolvimento, o que se faz primeiro é levantar todas as informações existentes. É a partir do que essas informações indicam em relação a problemas e possibilidades que são montadas as estratégias e formulados os programas e projetos de desenvolvimento. As proposições constantes dos Planos de Desenvolvimento apoiam-se em bases técnicas e políticas. Foi assim que a Sudene, com Celso Furtado, e o Banco do Nordeste, com Rômulo Almeida, conceberam e estruturaram, em boa medida, com o apoio da Igreja, importantes contribuições para o desenvolvimento do Nordeste.

– **Celso conhecia o texto “Solo e Água no Polígono das Secas”, de Guimarães Duque? Usou esse material?**

Conhecia, sim. Mas *Solo e Água no Polígono das Secas* não era um documento propositivo. Era um documento de conhecimento. Mas Celso estudou-o e conversou a respeito com Guimarães Duque. Com ele, aprendeu a captar as particularidades do Nordeste Semiárido, tão bem sintetizadas no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN. Para ter uma visão precisa sobre os problemas e possibilidades do Semiárido Celso Furtado louvou-se, também, no conhecimento produzido por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, a clássica leitura sobre o Nordeste e seus espaços Semiáridos. Celso Furtado assim se manifestou sobre a importância de *Os Sertões*: Em comentário que fiz comemorando o centenário de *Os sertões*, em 1998, concluí com uma citação de Euclides da Cunha: “Canudos não se rendeu. Teve que ser destruída”. E arrematei com a pergunta: como evitar na atualidade que nossa miopia ideológica nos conduza à repetição de crimes como os que testemunhou esse autor de rara coragem intelectual? Sem lugar a dúvida, ele continua a ser muito lido. Mais que isso: recentes sondagens de opinião indicam que ele é ainda o autor mais influente em todo o século no que concerne ao entendimento do processo de formação de nossa sociedade¹⁵.

¹⁵ FURTADO, Celso. “Canudos não se rendeu. Teve que ser destruída”. **JB on line**, Rio de Janeiro-RJ: 16 de junho de 2004, p. 3.

– **Há uma polêmica sobre a autoria do GTDN...**

No livro *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado*¹⁶, que resultou de uma conversa entre Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Rodrigues Pêra e Celso Furtado, ele diz, textualmente: “O GTDN fui eu que escrevi”. Mas eu ouvi lá atrás, diretamente de Juarez Farias, à época Diretor do Departamento de Indústria-DI, da Sudene, que fora ele quem escrevera o *Relatório do GTDN*. Mas isso era força de expressão, com certeza. Obviamente, que o estilo do *Relatório do GTDN* é o estilo do Celso Furtado. Para quem leu Celso e leu o GTDN, não há dúvidas sobre a autoria do Relatório. Mas Juarez ajudou, e Juarez era uma boa cabeça. Era também um excelente datilógrafo. Eu tenho ainda uma máquina Remington, que não foi dele, não; mas ele tinha uma lá na Sudene Ele datilograva com uma velocidade extraordinária, sinal de uma profissão pretérita, pois ele fora bancário, do Banco do Nordeste. E todos os bancários (do Banco do Nordeste ou do Banco do Brasil) eram, em geral, bons datilógrafos.

– **Celso dialogou com Guimarães Duque? Antes, depois do GTDN?**

Celso conversou muito com Guimarães Duque. Conversou em período correspondente ao final dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960. Se não, vejamos o I Plano Diretor da Sudene. Se você der uma olhada cuidadosa nos quatro Planos Diretores, o mais bem-acabado, o que tem mais conteúdo é o primeiro. Como o primeiro não foi executado na íntegra, por falta de recursos financeiros, a elaboração do II Plano Diretor correspondeu a uma adaptação do primeiro, mais em termos orçamentários. Isso porque as diretrizes continuaram sendo as mesmas, e foi mantida a maioria dos programas. Neste sentido, a Sudene deu sequência aos estudos de mapeamento dos recursos naturais que o DNOCS fazia sem ter estrutura adequada, sem uma percepção de estar levantando e sistematizando aquelas informações em função de demandas do planejamento.

– **Guimarães Duque tinha uma visão estratégica?**

Tinha, sim. Guimarães Duque tinha uma visão de mundo compatível com as demandas do desenvolvimento. Era, portanto, possuidor de

¹⁶ A entrevista foi publicada pela Editora da Fundação Perseu Abramo e disponível no site: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/seca_e_poder.pdf

uma visão estratégica a respeito do desenvolvimento do Nordeste. Com a chegada de 1964, Celso foi embora e Guimarães Duque ficou ali. Por sinal, seu segundo livro (*O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*), foi publicado, em 1964, pelo Banco do Nordeste. Passa-se o tempo. E em 1970, eu fui nomeado Diretor da Assessoria Técnica da Sudene. Naquele momento, meu trabalho principal estava relacionado à elaboração do *I Plano de Desenvolvimento do Nordeste*, para o período 1972-1974, em sequência ao *IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social (1968-1972)*, segundo orientações estabelecidas, em Brasília, pelos Ministérios do Planejamento e do Interior. Por conta disso, fui conversar com Guimarães Duque. Como resultado dessa conversa, pude introduzir no *I Plano de Desenvolvimento do Nordeste* toda a regionalização proposta por Guimarães Duque em *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*. Fiz um mapa para o Nordeste tomando por base a delimitação das *Regiões Naturais* estabelecidas por Guimarães Duque nesse livro, assim especificadas: *Caatinga, Agreste, Mata, Serras, Sertão, Seridó, Curimataú, Cariris Velhos, Cerrado e Carrasco*. O livro (*O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*) não continha um mapa integrado por essas 10 Regiões Naturais. De sorte que eu só pude fazer essa delimitação porque naquela época (anos de 1970 e 1971) eu estava bem dedicado ao assunto, preparando um outro documento importante: o *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. E por conta dos propósitos desse Plano eu precisava estabelecer uma regionalização para o Nordeste, que fosse compatível com as especificidades da Zona Semiárida do Nordeste. Precisava também, por isso, conversar com Guimarães Duque.

Conversei muito com aquele notável intelectual e pesquisador dos problemas e possibilidades de desenvolvimento do Nordeste. Guimarães Duque morava no centro de Fortaleza. Além de conversar com ele, pude contar com sua presença em várias das reuniões que organizei, primeiro, como Diretor da Assessoria Técnica da Sudene, e, depois, como Secretário de Pesquisas e Programas do Ministério do Interior-Minter. Foi assim porque eu fora, em fevereiro de 1972, requisitado à Sudene, a pedido do Dr. Henrique Brandão Cavalcanti, à época Secretário-Geral do Minter. Por isso, Guimarães Duque participou de várias reuniões relacionadas à elaboração do *I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1972-1974)* e do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. Participou também de um Seminário, na cidade do Recife, em maio de 1974,

dedicado à discussão do mencionado Plano Integrado. Esse Seminário foi realizado no recém-inaugurado Edifício Sede da Sudene, localizado na Cidade Universitária do Recife. Guimarães Duque estava lá, juntamente com Rômulo Almeida. Houve ali, então, um reencontro desse pessoal a quem tanto deve o Nordeste. Pude assim saber das conversas que Guimarães Duque tivera com Celso Furtado. Celso não podia *conhecer o Nordeste por dentro*, como conhecia, sem ter lido *Solo e Água no Polígono das Secas* e *Os Sertões*, e sem ter conversado muitas vezes com Guimarães Duque. Ele mesmo, em alguns documentos, menciona a importância de Guimarães Duque.

– **Na sua leitura, por que Celso Furtado não queria “ouvir falar” de previsão de seca?**

Falarei sobre essa questão e seus avanços a todo o Nordeste. No início dos anos de 1970 já havia estudos que informavam ser possível prever as secas. Estudos tanto de profissionais brasileiros como de profissionais estrangeiros, nesse caso, oriundos, principalmente, da Índia e dos Estados Unidos da América. Mas Celso Furtado não queria saber de previsão de seca. Por quê? Dizia ele que a previsão forneceria instrumentos aos *coronéis rurais* do Nordeste, para usarem essas informações na “fabricação” de secas, diante de previsões relacionadas à possível ocorrência desse fenômeno. O Departamento de Recursos Naturais-DRN da Sudene era a fonte de informação ouvida e adotada por Celso Furtado a respeito do assunto. Mas o DRN não queria ouvir falar de previsão de seca. Por isso a discussão desse assunto não progrediu na Sudene, pelo menos até 1970.

Quando eu comecei a trabalhar na elaboração do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*, em 1970, eu tinha uma certa força institucional, pois era o então Diretor da Assessoria Técnica da Sudene, responsável pelas atividades de planejamento da Superintendência. Note-se, porém, que quando eu assumi a Diretoria da Assessoria Técnica da Sudene, em 1970, não se falava, até então, em previsão de seca na Sudene. De sorte que eu só pude dar prosseguimento e concluir os trabalhos do Plano porque o Superintendente da Sudene de então, o General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, me concedeu o apoio institucional necessário. (Essa referência está explicitada no item *Antecedentes e Agradecimentos*, que constam do texto do Plano.) Pude assim construir o Capítulo 7 do Plano, dedicado ao assunto (*Apreciação*

sobre os *Métodos de Previsão de Seca*). Nesse Capítulo foram abordadas questões como as seguintes: (i) Aspectos Meteorológicos das Chuvas do Nordeste; (ii) Métodos de Previsão de Secas; (iii) A Seca de 1970 – sua Evolução e Previsões, com os seguintes desdobramentos: Critérios para Acompanhamento dos Invernos; Evolução Espacial da Seca de 1970; Evolução Espacial do Inverno de 1970-1971; Previsões sobre a Seca de 1970; e (iv) As Previsões para 1971 e 1972. Naquela época os assuntos de previsão de secas eram estudados, pioneiramente, no Brasil, pelo Engenheiro Adalberto Serra, um competente e solitário profissional, dedicado a essa matéria, e por ela responsável no Ministério da Agricultura. Conversei longamente com ele, colhendo importantes informações sobre o assunto. Nesses contatos pude conhecer e obter dois de seus mais importantes estudos¹⁷.

Os temas tratados no mencionado Capítulo 7 do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste* foram objeto de intensa discussão em Reunião da **Junta Diretora da Sudene**, em 1971, colegiado formado pelo Superintendente da Sudene, pelo Superintendente-Adjunto e pelos Diretores da Superintendência. A Diretoria do Departamento de Recursos Naturais-DRN discordava frontalmente do tema, como já foi mencionado. Essa orientação tinha peso, pois o DRN era o Departamento encarregado de estudos sobre Clima e Meteorologia, no âmbito da Sudene. A inclusão de tema sobre a previsão de secas no Plano e a realização de estudos e pesquisas sobre a matéria foram defendidos, naquela Reunião, com grande propriedade, tanto técnica como analítica, pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos-DRH da Sudene, o professor Gilberto Osório de Andrade, geógrafo e respeitado intelectual pernambucano, profundo conhecedor da matéria. Naquela ocasião era Superintendente da Sudene o General Evandro Moreira de Souza Lima, que substituíra, em janeiro de 1971, o General Tácito Théophilo Gaspar de Oliveira, que o antecederia como Superintendente. Com o apoio desses dois Superintendentes e a mediação do Professor Gilberto Osório de Andrade, eu pude incluir e manter o tema de

¹⁷ Veja-se, sobre o assunto, os seguintes trabalhos: (i) SERRA, Adalberto. **Meteorologia do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE-CNG, 1945. (Tese preparada para a 4ª Assembleia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História); e (ii) SERRA, Adalberto. **As secas do Nordeste**. Rio de Janeiro-RJ: Ministério da Agricultura- Serviço de Meteorologia, 1946.

Previsão de Secas no Capítulo 7 do *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. O Projeto para a elaboração do Plano foi também apresentado – em outra Reunião da Junta Diretora da Sudene – ao Ministro José Costa Cavalcanti, do Ministério do Interior, e ao Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Ministério do Planejamento. O Ministro Velloso considerou de grande relevância a elaboração daquele Projeto, que, para ele, mostrava a vitalidade da Sudene, em relação a assunto de relevante interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

O desenvolvimento dessa matéria no Plano também foi muito bem recebido, em 1979, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, por encontrar ali um bom desenvolvimento do que a Sudene poderia fazer a respeito da matéria. A respeito, mantive contatos estreitos com o INPE, quando assumi a função de Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará, em março de 1979. A propósito, acompanhei o então Governador do Ceará, Coronel Virgílio Távora, por ocasião da visita que fizemos ao Presidente daquele Conselho, professor Maurício Matos Peixoto, ainda no primeiro semestre de 1979. Dessa visita resultou decisão relacionada à formulação de um Projeto de Cooperação Técnica, na área de Previsão de Secas, entre o CNPq e o Governo do Estado do Ceará, tendo como órgão responsável, a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais-Funceme, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SAAB do Ceará. Esse Projeto seria, depois, estendido a todos os Estados do Nordeste.

– **Na sua opinião, essas questões não teriam contribuído para gerar a ideia de convivência com a seca, com o Semiárido?**

Sim. Eu cheguei a escrever sobre esse assunto, em 1994, em trabalho apresentado, no dia 18/08/1994, no II Fórum Paraíba em Debate, realizado, em João Pessoa-PB, sob a coordenação do Conselho Regional de Economia, Seção da Paraíba, 21ª Região. Destaquei naquela ocasião que “A convivência com a semiaridez dependia de três ordens de fatores: a lógica dos determinantes que conformam o atual perfil da economia da Região, estabelecidas no seu processo de integração ao mercado nacional; o respeito ao **meio ambiente** nas áreas mais intensamente afetadas pelas secas; e a participação efetiva dos diferentes agentes sociais no processo de desenvolvimento, engendrado

segundo formas mais contemporâneas de gestão dos negócios. Nessa linha de idéias, discuti ao longo daquele trabalho questões relacionadas aos seguintes temas: (i) o Nordeste e o Semiárido; (ii) fragilidades do Semiárido; (iii) a crise da agricultura tradicional; (iv) desenvolvimento sustentável e convivência com a semiaridez; e (v) linhas básicas para a convivência com a semiaridez¹⁸. Sobre o sentido desses desdobramentos, eu pensava que a ideia da convivência com a seca (ou com o Semiárido) me parecia bastante conservadora. Isso porque, tal concepção fora construída como se não fosse necessário promover qualquer mudança, mais uma vez, na velha estrutura agrária da Região. O que havia de importante nas discussões de então estava referido ao discurso favorável a uma maior e mais efetiva participação social dos grupos sociais menos favorecidos no processo de formulação das iniciativas de planejamento e implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento. Essas ideias, por sinal, vinham sendo fortalecidas. Mas ainda lhes faltava suporte institucional adequado, tanto na escala estadual, como regional e nacional. No limite, isso significava ter que trabalhar fortemente em busca de suporte institucional e financeiro, só tornados disponíveis na presença de um *Projeto de Desenvolvimento para o Nordeste*, bem articulado a um **Projeto Nacional de Desenvolvimento**. Tratavam-se de iniciativas das quais têm carecido tanto o Brasil como o Nordeste.

- **Nós temos, a partir do Livro “O Nordeste e as Lavouras Xerófilas”, uma ideia de que talvez o sertanejo pudesse aprender com a própria natureza do Nordeste Semiárido...**

É claro que aprender com a própria natureza do Nordeste Semiárido é fundamental. Mas para que isso aconteça é necessário estar atento a alguns detalhes. E mais: precisamos estar convencidos sobre a necessidade de que é preciso trabalhar fortemente, com amparo na melhora da instrução e da educação, para podermos construir e acessar os frutos do progresso técnico, fornecidos pela ciência, pela tecnologia, pela inovação e pela informação, atentos aos inúmeros

¹⁸ CARVALHO, Otamar de. **Linhas básicas para um programa de convivência com a semiaridez**. João Pessoa-PB: Conselho Regional de Economia, Seção da Paraíba, 21ª Região, 1994. (Trabalho apresentado no dia 18/08/1994, no II Fórum Paraíba em Debate, realizado, em João Pessoa-PB, sob a coordenação do Conselho Regional de Economia, Seção da Paraíba, 21ª Região.)

detalhes que estruturam a qualidade dos processos de trabalho. Quanto ao que de específico me é indagado, posso dizer o seguinte: O Nordeste Semiárido é tão especial, tão diferente, que não dá para resolver seus inúmeros problemas contando apenas com uma solução, por mais poderosa que ela seja. As *lavouras xerófilas* têm um papel importante a desempenhar. Mas sua contribuição não é mágica, a ponto de com seu melhor aproveitamento resolver-se os problemas centrais do desenvolvimento do Nordeste Semiárido. Isso vale também para as oportunidades oferecidas por outros recursos, cujo adequado aproveitamento começa a ser realizado. É o caso da *energia solar*. Ainda em relação ao “centro da questão” que me foi colocada:

Guimarães Duque não usou em nenhum de seus três livros clássicos (*Solo e Água no Polígono das secas*, *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas* e *Perspectivas Nordestinas*) o verbo “conviver”, especialmente com o sentido que lhe passou a ser dado a partir da última década do século XX. É claro que suas percepções e proposições sobre o desenvolvimento do Nordeste lastreiam-se sobre uma *visão de mundo* bem acabada, a ponto de poderem alimentar o conceito de convivência com as condições presentes no Semiárido.

– **Voltando à discussão sobre Celso Furtado. O que o senhor acha das teses furtadianas? O que dificultou sua aplicação?**

Repare bem (como gostam de dizer os baianos): entendo que as boas-teses de Celso Furtado, para o desenvolvimento do Nordeste, são as que foram sintetizadas no *Relatório do GTDN*. De lá para cá, pouco se acrescentou, de novo, ao que consta desse Relatório especial. Para mim, o que há e o que houve de novo está referido ao avanço do progresso técnico, *lato sensu*, pautado e potencializado pela fusão da biotecnologia com a tecnologia da informação. O novo está expresso

É claro que aprender com a própria natureza do Nordeste Semiárido é fundamental. Mas para que isso aconteça é necessário estar atento a alguns detalhes. E mais: precisamos estar convencidos sobre a necessidade de que é preciso trabalhar fortemente, com amparo na melhora da instrução e da educação, para podermos construir e acessar os frutos do progresso técnico, fornecidos pela ciência, pela tecnologia, pela inovação e pela informação, atentos aos inúmeros detalhes que estruturam a qualidade dos processos de trabalho.

pela articulação entre espaço e setores, ou seja, o que devia ser feito, setorial ou subsetorialmente, em cada um dos diferentes espaços e territórios do Nordeste, continua valendo. O que se tem feito e vai se continuar fazendo de novo é “chegar mais terra ao pé da planta”, usando as revoluções na biotecnologia e na tecnologia da informação, difundidas mundo afora, e que estamos aprendendo a construir. Muitas outras inovações, entretanto, vamos ter que aprender, para revolucionar os processos de trabalho. Quanto aos avanços menores do que os necessários, ficamos presos aos *gargalos institucionais e estruturais*, como os que continuam impedindo o desenvolvimento de espaços privilegiados em matéria de recursos naturais, como a Zona da Mata. E tais gargalos continuam dificultando um andamento mais rápido e consequente de iniciativas mais positivas de desenvolvimento. As propostas mais bem-sucedidas de Celso Furtado referem-se, com certeza, às postas em prática em relação à indústria. De todo modo, os bons resultados alcançados depois que ele deixou a Sudene, no início de 1964, continuam tendo a ver com o que ele propôs e consta do *Relatório do GTDN*.

– **Os militares abandonaram isso?**

Não, não abandonaram. As administrações pós-1964, em boa medida, deram continuidade ao planejamento inicial da Sudene. De fato, eles deram a partida com o que constava do II Plano Diretor. Deram consequência ao processo de planejamento e formularam o III e o IV Planos Diretores. As mudanças formais tiveram lugar no curso da segunda metade do IV Plano Diretor, quando foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1972-1974). Durante a vigência desse Plano foi dada ênfase ao planejamento e implementação de iniciativas subordinadas ao conceito do chamado Desenvolvimento Rural Integrado. As iniciativas a este respeito estavam recebendo prioridade por parte do Banco Mundial. A vantagem dessas iniciativas é que elas recebiam bom suporte financeiro por parte do Banco Mundial. O Banco vinha financiando também iniciativas do gênero, em amplas áreas, na Índia. Estou escrevendo um livro que trata de questões como essas, relacionadas ao que vinha sendo feito no Brasil, nos idos dos anos de 1970. Tem o seguinte título: “*Desenvolvimento em bases regionais; experiências brasileiras e internacionais.*” Quando se chega de meados para fins dos anos de 1980, período da chamada “década perdida”, o Brasil passou a ter

escassos recursos financeiros de contrapartida, para aplicar em projetos de desenvolvimento regional e/ou de desenvolvimento rural integrado, assim como de irrigação. O Banco Mundial começou a “fechar a torneira”, como se dizia na época. O Banco Mundial, na minha modesta percepção, já tinha desestruturado, institucionalmente, o setor urbano no Brasil, contribuindo para o fechamento do SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), e tinha mudado a política do BNH (Banco Nacional da Habitação). O certo é que, nos anos de 1980, passou a mudar o ritmo das iniciativas de Desenvolvimento Rural Integrado e de Irrigação, implementadas fundamentalmente no Nordeste brasileiro. Nesse meio tempo, a Sudene tentava se reestruturar, para melhor atuar em benefício do desenvolvimento do Nordeste. Nesse contexto, o Banco Mundial trabalhou para que a Superintendência não comandasse, como era do seu interesse, o processo de desenvolvimento do Nordeste, segundo a ótica dos Planos Diretores. Em meados dos anos de 1970 entrara em vigor o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**, e em consequência ao Plano Regional, denominado de *II PND. Programa de Ação do Governo para o Nordeste (1975-1979)*. Chega-se depois aos anos de 1980, a uma situação em que o Brasil, como já referido, contava com poucos recursos financeiros para investimento. À época, ouvi de um Coordenador do IPEA, ligado aos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, que os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado não estavam funcionando bem e que, por isso, o Banco Mundial passara a dar mais ênfase às iniciativas de Participação Comunitária. Nesse sentido, a Sudene passou a administrar, em relação ao meio rural, do Programa de Comunidades Rurais-PCR, segundo as percepções do Banco Mundial. Posteriormente, a Sudene criou, na mesma linha, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais-PDCR. A Sudene esforçou-se ainda para implementar uma outra iniciativa, que lhe parecia mais adequada: o Programa São Vicente. Com esse Programa a Superintendência tentava substituir o PDCR. Mas aquele intento também não foi bem-sucedido.

– **Quais são, na sua opinião, os gargalos da questão regional ainda hoje?**

Os gargalos são institucionais, porque a Sudene vem perdendo, progressivamente, sua capacidade de articulação com outras

entidades, ligadas e complementares ao exercício de suas funções. A Superintendência até pode se esforçar para bem cumprir funções que lhe foram, historicamente, conferidas, como a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional e a coordenação de suas ações, em âmbito regional. Mas os Planos de hoje, denominados de Planos Regionais de Desenvolvimento do Nordeste, têm poder específico menor. Com efeito, os Programas neles incluídos são apenas indicativos. E é assim, ainda que a lei de recriação da Superintendência – a Lei Complementar nº 125/2007 – estabeleça que o Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste-PRDNE é um dos instrumentos de ação da Autarquia. O PRDNE divulgado em agosto de 2019, por exemplo, indica que esse Plano apresenta uma *agenda de desenvolvimento* para os próximos 12 anos na área de atuação da Superintendência, possui vigência de quatro anos e será revisado anualmente, tramitando juntamente com o Plano Plurianual-PPA do Governo Federal para o período 2020-2023¹⁹. Na linha do que aconteceu com o I, II, III e IV Planos Diretores da Sudene, o PRDNE foi encaminhado ao Congresso Nacional, para aprovação, em novembro de 2019, juntamente com os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia-PRDA e do Centro-Oeste-PRDCO²⁰. A Sudene e as duas outras Superintendências – Sudam e Sudeco – não têm mais a força que já tiveram no passado. Mas os Planos Regionais de Desenvolvimento têm o mérito de identificar problemas e propor providências para a sua solução. Tratam-se, neste sentido, de repositórios de informações que podem contribuir para pensar e refletir sobre o desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de que se ocupam.

– **E as fragilidades institucionais estão relacionadas especificamente à Sudene ou à falta de amparo institucional?**

As fragilidades institucionais são da Sudene e, de certo modo, das demais instituições federais que atuam no Nordeste, como o DNOCS, o Banco do Nordeste, a Codevasf, a Fundação Joaquim

¹⁹ Sudene. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano regional de desenvolvimento do Nordeste**. Recife-PE: Sudene, jul., 2019. 222 p. (Anexos I, II e III.)

²⁰ “Governo Federal encaminha Planos Regionais de Desenvolvimento para apreciação do Congresso Nacional”, acesso em 05 maio 2020, <https://www.mdr.gov.br/ultimas-noticias/12439-governo-federal-encamdrnha-planos-regionais-de-desenvolvimento-para-apreciacao-do-congresso-nacional>.

Nabuco-Fundaj e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa. É bem verdade que a Embrapa e a Codevasf não têm uma atuação regional sobre todo o Nordeste. A Codevasf tem ação referida aos Vales do São Francisco, do Parnaíba e a pequenos vales situados na borda fronteira entre o Piauí e o Ceará. E a Embrapa atua por meio de Centros de Pesquisa, que desenvolvem iniciativas em *Áreas Específicas* (Trópico Semiárido, Tabuleiros Costeiros e Meio Norte) e por intermédio de Centros de Recursos, como os Centros de Pesquisa por Produtos (Agroindústria Tropical, Algodão, Caprinos e Mandioca e Fruticultura). Essas outras instituições têm programação própria, nem sempre (bem) articuladas com as que constam dos Planos Regionais. O Ministério do Desenvolvimento Regional, ao qual a Sudene está hoje vinculada, também carece de força para melhor apoiar a Sudene. A fragilidade institucional é, pois, um problema geral, que responde, em boa medida, pelos insucessos de gestão de muitas das iniciativas de desenvolvimento postas em prática no Nordeste.

– O senhor diria que a Sociedade está desmobilizada para recuperar isso?

Não. Eu acho que a sociedade civil organizada ainda está se movimentando, procurando contribuir para a solução desses problemas. O que aconteceu no final dos anos de 1980? Além da desativação dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, foi extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater, que prestava os serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores, por meio de filiais estaduais de todo o Brasil, exceção feita a São Paulo, que nunca teve uma filial com essa finalidade. Quem iria, a partir de então, dar assistência técnica aos agricultores? O que é que foi posto no lugar da Embrater e suas filiais? Organizações Não Governamentais-ONGs! ONGs criadas, em grande medida, com o pessoal técnico que trabalhava na assistência técnica, tanto federal como estadual. Mas a grita dos Estados sempre foi forte em relação às ONGs. Nesse sentido, os Estados diziam: “As ONGs podem querer fazer a mesma coisa que a gente. Mas elas não seguem o nosso programa, elas têm seus próprios programas”. As ONGs nasceram em função da ausência do Estado e cresceram pela continuada ausência do Estado.

– **A Sudene de Furtado tinha data de validade...?**

Tive a oportunidade de ouvir Celso Furtado falar a este respeito. Era final do primeiro semestre de 1963. Eu fazia o *III Curso de Desenvolvimento Econômico*, findo o qual recebi o título de *Técnico em Desenvolvimento Econômico-TDE*. Esses cursos eram ministrados para selecionar técnicos para a Superintendência. Em princípio, todos os técnicos de nível superior que entravam na Sudene àquela época faziam esse curso. Ao final do curso, Celso Furtado fazia uma palestra, espécie de *Aula Magna* com que os alunos eram brindados. Na palestra que assisti, Furtado informava que a Sudene fora concebida e criada para cumprir a *Missão de promover o desenvolvimento do Nordeste, no prazo de 20 anos*. Por isso, a Sudene era uma instituição de caráter extraordinário. Assim seria com a Sudene, como fora com a *Cassa per il Mezzogiorno*, no Sul da Itália, criada dez anos antes da Sudene, em agosto de 1950.

– **O senhor poderia falar dos principais impactos da obra de Celso Furtado sobre sua obra, obra de Otamar de Carvalho?**

Eu acho que todos os técnicos que integraram a *Sudene originária*, que ousaram produzir alguma coisa intelectualmente, que pensavam o desenvolvimento também em termos sociais, produziram sob a inspiração da obra de Celso Furtado. Não havia outra fonte teórica e prática sobre a qual nos apoiarmos. Naturalmente, nós tivemos uma boa influência da CEPAL. Por exemplo, em relação ao planejamento agrícola, nós nos apoiamos muito em textos de Jacques Chonchol²¹, em texto da FAO, traduzido pela Sudene, para uso interno²², e nos textos do primeiro *Manual de Planejamento Agrícola*, em seis volumes, produzido pela FAO²³. O texto de Jacques Chonchol virou um clássico. Foi distribuído, usado e reusado na

²¹ CHONCHOL, Jacques. **Metodologia para formular un programa de desarrollo agrícola**. Recife-PE: Sudene. Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA, 1963. 127 p. Mimeogr.

²² FAO. **Programação do desenvolvimento agrícola**. Recife-PE: Sudene. DAA, 1964. 122 p. (Traduzido por Pedro Motta de Barros, exclusivamente para uso interno da Sudene, do capítulo III do trabalho “A situação mundial da agricultura e da alimentação/1960”, da série anual publicada pela FAO. O texto traduzido foi feito a partir da edição em espanhol e conferida com o original em inglês.)

²³ FAO. **Manual de planificación agrícola**. Recife-PE: Sudene, DAA, s. d. 6 vol. Mimeogr. (Reproduzido em Recife-PE, Brasil, para uso exclusivo de los cursos de planejamento agrícola de Sudene.) (Preparado por la Unidad Agrícola del Programa

Sudene, durante vários anos. Quer dizer, tudo isso tinha a ver com Celso Furtado. Foi ele quem trouxe esse pessoal todo para a Sudene. Então o que nós fizemos foi inspirado por Celso e sua obra. Se nós não fizemos mais a partir da obra de Furtado é porque sua obra tem vários componentes, como partes teóricas, partes mais práticas e partes mistas. De sorte que aqueles que não se dedicaram à teoria, ficaram mais com as obras que tinham a ver com a prática, que é a parte do planejamento.

– **E o senhor diria qual parte é mais marcante no seu trabalho?**

É a parte do planejamento. Eu não me envolvi muito com a teoria. O que eu aproveitei de mais importante a partir da obra de Celso Furtado, em conformidade com as minhas limitações, sem colocar de lado a boa teoria, foi em relação ao planejamento.

– **Voltando à primeira pergunta que eu fiz nesta conversa ... o Brasil foi gentil com Celso Furtado? Mais de 15 anos depois de sua morte...**

Celso Furtado nos deixou em 2004. São dezesseis anos até aqui. Eu acho que o Brasil talvez tenha feito pouco para homenagear Celso Furtado, como ele merecia. O que é que tem de homenagem a Celso? Em Brasília, há um edifício, o do Ministério da Integração Nacional, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, ao qual deram o nome de Edifício Celso Furtado. Não sei se puseram o nome dele em algum açude, iniciativa importante para quem é do Nordeste, como ele era. Desconheço informação a este respeito. Acredito assim que a grande homenagem a Celso Furtado está representada pela criação do *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas*. Esse Centro vem realizando um trabalho especial de divulgação e valorização da Obra desse brasileiro extraordinário. O Centro Celso Furtado constitui a homenagem e a valorização mais especial a seu respeito. Trata-se de contrapartida de lealdade bem merecida, pois Celso era muito leal aos seus camaradas. Era muito ligado às pessoas que trabalhavam com ele. Lembrava sempre delas. Acredito que essa homenagem deve muito a *Rosa Freire D'Aguiar*, esposa e grande colaboradora de Celso Furtado.

de Capacitación del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social-ILPES, Santiago de Chile, Chile.)

- **O senhor estudou as diferentes regiões brasileiras e seus problemas. Conhece, também, muitas experiências internacionais. O regional ainda é ...**

Necessário? Eu acho que é bem mais do que necessário. Acredito estar deixando isso razoavelmente claro no livro que estou a concluir, já mencionado: “*Desenvolvimento em bases regionais*; experiências brasileiras e internacionais.” Acredito que esse livro pode bem interessar aos que trabalham assuntos ligados ao desenvolvimento regional. Nele eu trabalho questões relacionadas aos temas a seguir especificados, por país: (i) Planejamento Agrícola (Egito, Índia e Brasil); (ii) Projetos de Recuperação de Terras (Egito, Espanha e Holanda); (iv) Desenvolvimento Regional (Itália e Brasil); (v) Desenvolvimento Rural Integrado (Brasil e Índia); e (vi) Instrumentos de Política Econômica (Brasil, Itália, Egito, Índia, Espanha, Holanda e Bélgica). Esses temas foram estudados durante e depois da realização de um *Study Tour* que fiz aos países referidos, realizado no período de janeiro a março de 1976, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura do Brasil e da FAO [*Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação)]. Uma das percepções importantes desse livro é a de se considerar a implementação de *iniciativas setoriais* como *integrantes do desenvolvimento em bases regionais*. Entendo que o desenvolvimento realizado nessa perspectiva, de forma orientada ou espontânea, pode atender às características mais particulares dos que vivem em espaços diferenciados, segundo as necessidades e demandas de pessoas e comunidades e a estruturação da formação social prevalecente. O desenvolvimento realizado com a inclusão dessas especificidades tem produzido resultados positivos em vários países. Algumas experiências de planejamento e desenvolvimento setorial, notadamente as relacionadas à agricultura e ao desenvolvimento rural integrado, têm sido bem-sucedidas porque incluíram no bojo de suas concepções estratégicas elementos centrais do desenvolvimento em bases regionais, a exemplo dos que ligavam setores variados a espaços multiescalares, desde as fases de concepção e implementação. É verdade que os procedimentos adotados com tais propósitos nem sempre foram explicitados. Daí a assunção de que os temas setoriais trabalhados no livro também estiveram assentados em bases regionais de desenvolvimento. Ao trabalhar o desenvolvimento em bases regionais, penso estar construindo outra forma de ver ou de ler Celso

Furtado. Isso ficou mais claro, para mim, desde que passei a perceber que Celso não adjetivava o Desenvolvimento, como se fosse global, regional, espacial, setorial ou sustentável, se bem me recordo do que vi e li em seus livros. Para Furtado, o Desenvolvimento era um substantivo. E ponto. Isso não quer dizer que a Sudene não fizesse *Planejamento Regional* ou não propugnasse pelo *Desenvolvimento do Nordeste em Bases Regionais*.

– **O Brasil sente falta de Celso Furtado...?**

Claro que sente. Agora a obra do homem está aí. O homem foi, mas a obra ficou. A propósito do livro que estou finalizando, ouvi minha esposa dizer: “O pessoal hoje precisa ler mais, como antigamente”, e eu lhe disse: “Olha, quem lê e quem lia, vai continuar lendo. Quem não lia, não vai ler”. Qual é a primeira pergunta das pessoas que chegam aqui em minha casa, e veem a minha farta biblioteca: “O senhor já leu esses livros todos?” Eu digo: “Não! Mas sei tudo o que tem aí. E todo livro novo que entra aqui, eu tenho uma leitura mínima dele, se eu não estiver utilizando-o. Esses que estão aqui sobre essa mesa é porque estão sendo utilizados no trabalho que estou realizando neste momento. Você já entrou na casa de algum trabalhador intelectual? O que você irá ver ali estará parecido ou relacionado a um cenário como esse aqui, de aparente desordem.”

– **O senhor testemunhou a saída de Celso Furtado da Sudene (e do Brasil) ... Lembra como foi aquele dia?**

Isso aconteceu no início de abril de 1964. Não lembro o dia exato. Depois disso, ele tomou as providências narradas em *A Fantasia Desfeita*, volume II de sua Obra Autobiográfica, mais especificamente nas p. 300-306²⁴. Ali estão os motivos de sua saída. Aqui eu falo de sua *despedida física*, do que eu vi. Limpas as gavetas de seu escritório, ele foi acompanhado pelo General Expedito Sampaio, então interventor na Sudene, até o elevador do 12º andar do Edifício JK. Acompanhava-o *Othon Pires Rolim*, presidente da Associação dos Servidores da Sudene-ASS, *Otamar de Carvalho* e mais um outro

²⁴ FURTADO, Celso. “A Fantasia Desfeita”. In: **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v. (1.070 p.) Conteúdo: v.1. Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada; v.2. Aventuras de um economista brasileiro; A fantasia desfeita; v.3. Entre o inconformismo e reformismo; Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S. A., 1997.

sudeneano, de quem não lembro agora o nome. Eu estava ali por acaso. Saía de uma reunião da ASS, quando fui convidado por Othon P. Rolim para acompanhá-lo naquela cerimônia, de cujas circunstâncias não vou esquecer. Lembro, inclusive, que as feições de Celso Furtado naquele momento estavam tranquilas, quase serenas.